

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2003

Secretaria Especial de Políticas de
Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar
CEP 70054-900 – Brasília-DF/Brasil
Para mais informações ligue
(5561) 411 3610 ou acesse o
site www.presidencia.gov.br/seppir

Secretaria de
Igualdade Racial



PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2003

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2003



Apresentação

07



Ações realizadas em 2003

11



Perspectivas 2004

35



Apresentação

Este relatório refere-se às ações desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir no período compreendido entre março e dezembro de 2003. Esta Secretaria, com status de ministério, foi criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, e regulamentada pela Lei nº 10.678, em 23 de maio. Para o Governo Federal, a Seppir explicita as balizas para o enfrentamento da questão racial, inaugurando uma nova página no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes da discriminação e das desigualdades raciais.

A Seppir tem por missão acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade racial e ao combate ao racismo.

A criação da Seppir retrata a primeira resposta efetiva de um Governo Federal a uma antiga formulação e a uma demanda do Movimento Negro, no sentido da implementação de uma política de promoção da igualdade racial. Partindo da responsabilidade da coordenação das ações governamentais, a escolha das metas e diretrizes está voltada para um amplo diálogo com diferentes instâncias do Governo Federal, com instituições públicas e privadas, com a sociedade civil e com movimentos sociais, especialmente o Movimento Negro.

No último Dia Nacional da Consciência Negra – em ato presidencial na Serra da Barriga (quilombo onde viveu Zumbi dos Palmares) – o Presidente da República assinou o Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, criando a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse documento tem por base o Programa Brasil sem Racismo (Programa de Governo para a Promoção da Igualdade Racial) que prioriza as seguintes temáticas: trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde; terras de quilombos; mulheres negras; juventude; segurança e relações internacionais. Tem, ainda, como referência a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação – Cerd e o Plano de Ação Durban – III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, em 2001. Todos esses instrumentos embasaram, também, o Plano Plurianual (PPA 2004 – 2007) que

incluiu, no capítulo intitulado Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, o desafio de “promover a redução das desigualdades raciais”.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial é um conjunto articulado de concepções, diretrizes, indicativos de programas e ações que têm como objetivo assegurar a implementação de programas e medidas destinadas à promoção da igualdade racial.

Além dos projetos e programas protagonizados pela Seppir, vários outros são desenvolvidos por vários organismos de governo: o Programa de Ações Afirmativas: Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário; as ações da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura; as ações do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); as ações da Secretaria Especial de Direitos Humanos; as ações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; as ações da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a recente definição do Programa de Ações Afirmativas do Ministério da Educação.

Destaca-se, ainda, a visibilidade conferida à população negra nos materiais de comunicação do governo, produzidos pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica – Secom, como, por exemplo, as duas edições da Revista Brasil.

Outro suporte importante na área de comunicação de governo é o Decreto de nº 4.799, de 4 de agosto de 2003, que contempla, na execução das ações, entre outros indicativos, a diversidade étnica nacional.

Assim, várias ações estão sendo formatadas em organismos do Governo Federal, buscando garantir a transversalidade e a ampliação de políticas de governo para a promoção da igualdade racial.

Consideramos que esse primeiro ano propiciou a construção de um caminho para uma política de governo com o lançamento e a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Salientamos que este relatório destaca as ações promovidas ou apoiadas diretamente pela Seppir. Várias outras atividades foram realizadas por diversos parceiros, com a participação da Seppir em níveis diferenciados.

Ações realizadas em 2003



As ações que apresentaremos estão agrupadas pelos seis programas contidos na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial:

- implementação de um modelo de gestão das políticas de promoção da igualdade racial;
- apoio às comunidades remanescentes de quilombos;
- ações afirmativas;
- desenvolvimento e inclusão social;
- relações internacionais;
- produção de conhecimento.

Os seis programas serão referência para o desenvolvimento das ações no período compreendido entre 2004 e 2006, sendo, a cada ano, detalhados.

2.1 – IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Esse programa compreende um conjunto de ações relativas à qualificação e à capacitação de servidores e gestores públicos representantes de órgãos estaduais e municipais e de lideranças da sociedade civil. Compreende, também, a criação de uma rede de promoção da igualdade racial envolvendo diferentes entes federativos e organizações de defesa de direitos. Pretende-se criar, ainda, como aparato de procedimentos normativos, um sistema nacional de promoção da igualdade racial e de aperfeiçoamento dos marcos legais.

2.1.1 – Articulação com Estados e municípios

A articulação com Estados e municípios, propondo e desenvolvendo políticas de promoção da igualdade racial, tem acontecido sob a forma de visitas ou de eventos. As atividades contemplam audiências e reuniões com governadores e prefeitos; com representantes dos poderes legislativo e judiciário; com assessorias e coordenadorias da população negra; com a imprensa e a sociedade civil, havendo, ainda, participação em eventos em instituições locais além de visitas.

Os Estados visitados até o momento foram: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina e São Paulo. Em todos os municípios e Estados foram identificados interesses quanto a futuros acordos para a implementação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Foram concretizados termos de cooperação técnica em três localidades:

Prefeitura de Porto Alegre

Com a Prefeitura de Porto Alegre foram assinados dois termos de cooperação fortalecendo projetos locais em seu desenvolvimento, em sua avaliação e em seu monitoramento: a campanha Eu Assumo Minha Negritude, objetivando sensibilizar, formar, informar e capacitar pessoas para

serem agentes, promotores, conhecedores e divulgadores dos direitos humanos, por meio de cursos de capacitação e sensibilização sobre raça e etnia para os servidores municipais que trabalham com registros cadastrais de usuários de serviços públicos e a elaboração de um mapa socioeducativo da etnia negra, com o objetivo de orientar as ações e a proposta político-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com a construção de uma política de formação continuada, em parceria com o núcleo de formação e pesquisa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança Urbana, com universidades e com o Grupo de Trabalho Anti-Racista e Anti-Discriminação, constituído por organismos de governo e representantes do Movimento Negro. Tal política é destinada a professores, assessores e funcionários da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

No dia 14 de novembro de 2003, participamos de três atividades realizadas pela Prefeitura de Porto Alegre em parceria com os movimentos sociais: seminário Redes no Contexto das Relações Negras Internacionais; relançamento da campanha Eu Assumo Minha Negritude e abertura do Mês da Consciência Negra.

Em 2004 serão intensificadas as ações de capacitação e de monitoramento da implementação de políticas públicas para a temática racial, com o objetivo de ampliar as ações para outras áreas do poder público local.

Governo do Estado do Alagoas

Em ato comemorativo ao Dia Nacional da Consciência Negra, com a presença da Presidência da República, foi assinado, em 20 de novembro de 2003, um Termo de Compromisso entre a Seppir e o governo do Estado/Secretaria de Políticas para Minorias para a promoção de ações de melhoria das condições de vida das comunidades remanescentes de quilombos localizadas no Estado.

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

As ações do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC desenvolvem-se, no momento, por intermédio do Programa Regional de Combate à Violência contra a Mulher. A parceria (em construção) se dá entre o Consórcio e o Governo Federal, via Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Seppir.

O Programa Regional de Combate à Violência contra a Mulher foi lançado em dezembro de 2003 e prevê diversas ações: fortalecimento de serviços, capacitação de servidores e formas de controle social.

Para a implementação da Política de Combate à Violência Contra a Mulher, em 2004, serão priorizadas as ações pelos três organismos federais envolvidos. Nesse processo, a Seppir reforçará a inserção da questão racial.

2.1.2 – Capacitação de gestores

Na área de capacitação de gestores, o Governo Federal, a partir de iniciativa da Seppir, desenvolve parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT para a implementação do Programa de Fortalecimento Institucional da OIT – Gênero, Raça, Pobreza e Emprego – GRPE lançado no período de 13 a 15 de outubro de 2003, em Brasília, por meio do Fórum Erradicação da Pobreza, Geração de Emprego e Igualdade de Gênero e Raça: Experiências Internacionais. O programa é composto por oito módulos com fundamentação e proposição para ações relativas à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Estão sendo definidos convênios entre a OIT e o Governo Federal, intensificando-se tais ações no interior de vários ministérios, e convênios com governos estaduais e municipais: em âmbito federal, constituiu-se um Grupo de Trabalho coordenado pela Seppir, com a participação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do Ministério da Assistência Social – MAS, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – Mesa (atual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, do Ministério da Educação – MEC, do Ministério da Previdência Social – MPS, do Ministério da Saúde – MS e da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

Tal Grupo de Trabalho promoveu, com a OIT, o lançamento do programa e está encarregado de dar seqüência à estruturação do convênio e às ações futuras; na região do Grande ABC, agregando sete municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, as ações visam o fortalecimento regional na área de promoção da igualdade racial, a partir de um convênio entre OIT, Governo Federal e Câmara Regional de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. No Estado da Bahia, o trabalho foi iniciado a partir da Conferência de Concertação – Gênero e Raça: um Diálogo Necessário no Trabalho e na Cultura, realizada nos dias 21 e 22 de agosto, pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em parceria com outros organismos do Governo Federal. Essa Conferência reuniu representantes de diversos setores da esfera pública brasileira: organismos governamentais e não-governamentais e movimentos sociais, em especial, movimentos negro e feminista.

Para o aprofundamento de debates sobre novas proposições para as políticas públicas, priorizaram-se as necessidades das mulheres, das mulheres negras e da população negra a partir de dados de pesquisa que mostram o quanto a vulnerabilidade desse público resulta dos efeitos do racismo e do machismo.

A partir do Grupo Gestor, criado na Conferência de Concertação, elabora-se a agenda para o próximo período; no Vale do Jequitinhonha, inicia-se uma parceria com a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. A região possui uma área de abrangência de 101 municípios, distribuídos em dez microrregiões, entre os Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, que se juntam a esses municípios buscando o desenvolvimento de políticas públicas e ações de desenvolvimento regional. Nesse contexto, inicia-se a parceria entre a Seppir, a OIT e a organização da

Mesorregião, buscando fortalecer as ações sociais. Em São Paulo, a estruturação do trabalho desenvolve-se com a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo para se estabelecer relação com os seguintes programas: Central de Crédito, Capacitação Ocupacional, Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Renda Mínima, Banco de Dados, Projetos Internacionais.

Considerando a dimensão do trabalho apresentado acima e a necessidade de se definirem metas para o período 2004 – 2006, foi realizada uma oficina em fevereiro de 2004, contando com a participação de gestores dos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo de fazer o detalhamento e o planejamento desse programa.

2.1.3 – Rede Nacional de Promoção da Igualdade Racial

A Rede Nacional de Promoção da Igualdade Racial está sendo estruturada a partir de parceria entre a Seppir e a Fundação Friedrich Ebert – Ildes, tendo como referência o projeto Gênero nas Administrações desenvolvido pelo Ildes em 2000 – 2001 em administrações municipais e estaduais.

Tal Rede, já iniciada a partir de um encontro realizado nos dias 29 e 30 de outubro de 2003, com a presença de quinze representantes de administrações municipais e estaduais tem, como objetivos, promover uma ação continuada junto aos governos federal, estaduais e municipais, por meio dos organismos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial, para a articulação, a capacitação e o planejamento de ações políticas.

Como um passo para o desenvolvimento desse trabalho, será realizado um levantamento do número de administrações estaduais e municipais que possuem organismos responsáveis pela promoção da igualdade racial, seguido, posteriormente, por dois seminários de detalhamento do projeto e do planejamento das ações para o período de 2004 – 2006, ampliando para outras administrações.

2.2 – APOIO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Esse programa reúne ações que visam alterar as condições de vida das comunidades de remanescentes de quilombos por meio da regularização da posse da terra, do estímulo ao etnodesenvolvimento e do apoio às associações das comunidades remanescentes. As bases para desenvolvimento desse programa são a Proposta de Etnodesenvolvimento para as Comunidades Quilombolas e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esses documentos foram produzidos pela ação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI que, durante o período de maio a setembro de 2003, atuou sob a coordenação da Casa Civil e da Seppir, contando com a participação de 14 organismos de governo. Partiu-se do princípio de que as comunidades remanescentes de quilombos são “grupos

étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida”. Por motivos históricos, essas comunidades não têm garantido seus direitos constitucionais, o que afeta, sobremaneira, a qualidade de vida e o acesso a bens e serviços.

Com a definição do novo Decreto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário passa a ter a responsabilidade sobre as ações fundiárias contando com o acompanhamento direto da Seppir e da Fundação Cultural Palmares – FCP. A Seppir passa a coordenar um Comitê Gestor integrado por 21 organismos do Governo Federal, com a responsabilidade de elaborar um plano de etnodesenvolvimento para as comunidades remanescentes de quilombos.

Diante desse novo contexto, além das ações no âmbito federal, estão sendo desenvolvidas algumas ações junto a governos estaduais e municipais, assim como com entidades diretamente envolvidas na política de remanescentes de quilombos, com vistas à elaboração do plano acima citado.

2.2.1 – Juventude quilombola

A Seppir, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e a Coordenação Nacional de Remanescentes de Quilombos – Conac, desenvolve o projeto Juventude Quilombola: Ampliando Horizontes, cujo objetivo é estimular o envolvimento da juventude em ações comunitárias, de capacitação profissional e de alfabetização, uma vez que entre as precárias condições sociais constata-se um alto índice de desemprego e analfabetismo. Com esse estímulo, pretende-se promover o protagonismo juvenil nas comunidades remanescentes de quilombos, ampliando a cidadania e a mobilidade social.

Esse projeto se desenvolve em duas fases:

- diagnóstico da realidade sobre as comunidades;
- projeto-piloto junto com cinco comunidades remanescentes de quilombos (uma em cada região do país).

Os jovens serão diretamente envolvidos :

- na ação de aprofundamento do diagnóstico da realidade da juventude em sua própria comunidade;
- na definição de políticas públicas na área do trabalho e da educação;
- no monitoramento referente à inserção dos jovens nessa política.

Esse projeto, a ser realizado em 2004, prevê o envolvimento de outros organismos do Governo Federal e demais instituições.

2.2.2 – Projeto Fome Zero – Petrobras

A Petrobras desenvolve uma estratégia de atuação social voltada para o fortalecimento das políticas públicas de combate à miséria. O Programa Petrobras Fome Zero reflete a nova visão desta estatal, de colocar a tecnologia e a força de trabalho à disposição do bem-estar da população. Os projetos sociais pretendem vencer o desafio de transformar a realidade das comunidades mais pobres do país, permitindo que elas possam se inserir com dignidade na sociedade brasileira. Assim, foi assinado um Termo de Compromisso entre a Petrobras, a Seppir e o Ministério da Assistência Social (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), que tem como perspectivas:

- tomar iniciativas, em parceria, para formular e implementar ações para superação da pobreza e da miséria em atendimento a demandas emergenciais e estruturais do Programa Fome Zero;
- assumir a responsabilidade de envidar melhores esforços para que os trabalhos sejam os mais proficientes, tendo em vista a natureza social e emergencial das demandas em pauta e a necessidade do máximo aproveitamento dos recursos a serem alocados;
- indicar representantes para compor a instância responsável pela realização das parcerias.

As principais ações terão enfoque em assistência social, ações afirmativas, educação e geração de emprego e renda. Nesse sentido serão definidas dez comunidades onde o projeto será desenvolvido de acordo com os eixos acima.

2.2.3 – Programa Fome Zero em 150 comunidades

Em 13 de maio de 2003 foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome – Mesa (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), a Fundação Cultural Palmares – FCP, do Ministério da Cultura, e a Seppir. A partir desse instrumento, esses organismos integram, entre si, esforços para a implementação de ações vinculadas à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 150 comunidades remanescentes de quilombos. Tais ações estão em conformidade com a atividade de “combate à fome com ações voltadas para a educação alimentar e melhoria das condições socioeconômicas das famílias”.

Em 2003, foram realizadas cinco oficinas regionais nos municípios de Santarém-PA, São Paulo-SP, Recife-PE e Bom Jesus da Lapa-BA, coordenadas pelo Mesa, pela FCP e pela Seppir. O objetivo dessas oficinas foi diagnosticar a realidade e dimensionar as demandas das comunidades remanescentes de quilombo.

Esse processo visou o planejamento das ações imediatas que serão implementadas em cada comunidade envolvida no projeto, fortalecendo as ações a serem desenvolvidas em 2004.

2.2.4 – Comunidades quilombolas no Estado de Alagoas

A partir do Termo de Compromisso entre a Seppir e o Governo do Estado de Alagoas/Secretaria de Políticas para Minorias, pretende-se:

- viabilizar o cumprimento do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT especialmente quanto à titulação e aos programas de etnodesenvolvimento das terras quilombolas no Estado de Alagoas;
- viabilizar o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, da Política para Comunidades de Remanescentes de Quilombos;
- impulsionar, promover e articular políticas de inclusão social para a população negra no mercado de trabalho, por meio de programas de cursos profissionalizantes e geração de emprego e renda.

As ações planejadas serão implementadas entre 2004 e 2007, em três comunidades do Estado de Alagoas.

2.3 – AÇÕES AFIRMATIVAS

O Programa de Ações Afirmativas pauta-se por um conjunto de ações que visam formular projetos específicos de fortalecimento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres negras e a juventude negra, garantindo o acesso e a permanência desse público nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos e outros).

2.3.1 – Educação e ações afirmativas

Com o objetivo de organizar ações efetivas para implementar o Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira, a Seppir elaborou, em parceria com o Ministério de Educação, três importantes documentos que se constituirão nos pilares básicos e fundamentais no que tange à política de inclusão dos diversos grupos étnicos, em especial, a população negra, no processo educacional brasileiro. São eles:

- Protocolo de Intenções, criando um instrumento formal, no âmbito do Governo Federal, para a execução de ações que promovam igualdade racial no sistema educacional brasileiro;
- implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, prevendo o ensino de História da África no ensino público;
- convênio com o Programa Diversidade na Universidade para proceder à sua reformulação nos seguintes termos: acompanhamento e avaliação do programa e identificação de especialistas e instituições para desenvolver pesquisas e estudos;
- Portaria Conjunta nº 2.430 de 9 de setembro de 2003, criando o Grupo de Trabalho Interministerial, composto por 11 organismos do Governo Federal, com a finalidade de efetivar a proposta de Ação Afirmativa visando a criação de cotas para negros nas universidades

públicas e privadas do país. Este GTI encerrou a primeira fase do trabalho em 16 de dezembro de 2003 e retomou as ações em janeiro de 2004, com outro formato, com o objetivo de detalhar as propostas de implementação das medidas.

Os resultados do trabalho sobre Ações Afirmativas foram a elaboração de minutas para a criação de quatro instrumentos normativos buscando a implementação de cotas nas universidades; a criação do Programa de Política de Ações Afirmativas para Negros na Educação Superior – Pronegro; a criação da Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas no Departamento de Políticas do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e a criação da Comissão na Câmara Técnica de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Esses instrumentos estão sendo reestudados pelo MEC e pela Seppir para serem apresentados à Casa Civil e à Presidência da República para discussão e aprovação das medidas.

2.3.2. – Campanhas educativas e informativas

Campanha Ação Afirmativa – Atitude Positiva

A campanha Ação Afirmativa – Atitude Positiva, lançada em 17 de novembro de 2003 pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – Ceap, tem como marca de referência de qualidade e eficácia o selo Camélia, que faz alusão às Camélias da Liberdade, símbolo do Movimento Abolicionista.

Propõe-se que o selo Camélia – símbolo de Qualidade Negra – seja conferido a pessoas físicas e jurídicas que sejam reconhecidas por sua responsabilidade social de combate ao racismo. Pretende-se, com isso, destacar ações, valorizar a cultura negra, criar novos ícones que possam ser referências e dar consistência ainda maior ao debate que se desenrola sobre as ações afirmativas do país.

O Ceap, entidade do movimento negro brasileiro com sede no Rio de Janeiro, com o objetivo de instituir esta campanha de defesa e valorização das iniciativas já existentes no campo das ações afirmativas, propõe ampla parceria com organizações governamentais e não-governamentais, entre elas a Seppir e a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Campanha pela valorização de religiões de matriz africana

Consideram-se as religiões de matriz africana como canal que historicamente vincula-se à cultura e à valorização da população negra. Nesse sentido prevê-se a realização de uma Campanha pela Valorização de Religiões de Matriz Africana como principal ação definida pelo Grupo de Trabalho que atua junto à Seppir.

Esse trabalho iniciou-se em maio de 2003, a partir da realização de uma reunião com cerca de trinta lideranças de diversas entidades religiosas. Nessa reunião foi formado um Grupo de Trabalho composto por sete entidades nacionais: Centro Nacional de Africanidade e Religiosidade Afro-

Brasileira – Cenarab; Instituto Nacional das Tradições Religiosas e Culto Afro-Brasileiro – Intercab; Instituto Nacional e Órgão Supremo Sacerdotal da Tradição e Cultura Afro-Brasileira – Inaoestecab; Instituto Nacional das Tradições e Cultura Afro-Brasileira – Intecab; Fala Banto; Conselho Nacional de Yalorixás e Ekedes – Cnyen e Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro – Fenacab. Participou também desse processo a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Assim, foi definida uma agenda prioritária que parte dos seguintes aspectos:

- promoção de ações que resgatem a cultura e a valorização da população negra, mediante ações das religiões de matriz africana;
- contribuição no debate público sobre a intolerância a religiões de matriz africana, em todos os veículos de comunicação;
- contribuição na realização de uma campanha nacional contra a intolerância religiosa;
- elaboração de uma cartilha sobre religiosidade de matriz africana combinada com a promoção da igualdade racial e dos direitos humanos.

As ações desenvolvidas contam, também, com parcerias de outros organismos de governo para fazer a interlocução entre a religiosidade de matriz africana e as áreas de cultura, saúde, justiça, educação, comunicação e direitos humanos.

Campanha 16 Dias de Combate à Violência

A Campanha dos 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero foi uma iniciativa de âmbito nacional e internacional, acontecendo, simultaneamente, em 127 países. Seu objetivo geral foi realizar um trabalho educativo e de sensibilização pela não-violência contra as mulheres.

No Brasil, a campanha desenvolveu-se junto aos meios de comunicação, aos poderes executivo e Legislativo federal, estaduais e municipais e ao movimento de mulheres, buscando inserir a temática em sua pauta político-social, no marco da celebração dos dez anos da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena [1993 – 2003].

Internacionalmente, a campanha é realizada desde 1991 pelo Center for Women's Global Leadership [Centro para Liderança Global das Mulheres] e busca estabelecer um elo simbólico entre violência de gênero e direitos humanos, enfatizando que a violência contra a mulher é uma violência aos direitos humanos. Como marcos desse elo estão as datas de 25 de novembro – Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher – e 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A campanha foi marcada também por outras datas significativas: 1º de dezembro – Dia Mundial da Aids – e 6 de dezembro – Dia do Massacre de Montreal. No Brasil, incorporou-se, ainda, o 20 de novembro – Dia Nacional de Consciência Negra – e o 18 de dezembro – data de adoção, pela ONU, em 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. Nacionalmente, a campanha agregou-se aos esforços realizados pelas redes e articulações de mulheres e pelos poderes Executivo e Legislativo, em especial a bancada feminina no Congresso

Nacional, com o objetivo comum de combater a violência de gênero e de ampliar a cidadania das mulheres com observância das questões étnico raciais.

A promoção da campanha foi do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem; da Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – Agende; do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – Cladem, Brasil e da bancada feminina no Congresso Nacional. Contou com parceiros como: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Rede Saúde; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidência da República; Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados.

A campanha contou com o apoio do Sistema Radiobrás, que incluiu a temática da violência contra a mulher em sua programação, por meio de inserções diárias no programa A Voz do Brasil.

Um, entre os vários folhetos que compõem o kit da Campanha, trata do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial.

2.3.3 – Projeto Identidade e Resistência

O projeto Identidade e Resistência – 90 Anos e Arte de Abdias do Nascimento tem como objetivo colocar à disposição da população brasileira em geral informações e registros que elucidem a história da participação da população negra na construção do Brasil, desde a constituição territorial e populacional até a identidade nacional.

Ao valorizar a atuação cultural de Abdias do Nascimento, pretende-se contribuir para o resgate da organização do Movimento Negro. As intervenções e propostas de Abdias sempre preservaram uma dimensão política, e sua atuação cívica foi sempre imbuída de conteúdo informativo, tendo profundas implicações na articulação de um conceito verdadeiro de identidade e cidadania brasileira.

Esse projeto prevê oficinas, teatro, exposições, filmes e outras manifestações culturais que não contarão apenas a história do povo negro brasileiro, mas a própria história do Brasil, sob diferentes perspectivas.

Tal projeto está sendo articulado a partir da definição de parceiros no Governo Federal e na iniciativa privada, sendo uma delas a Seppir, e seu desenvolvimento se dará durante o ano de 2004.

2.3.4 – Bolsas para afro-descendentes para carreira de diplomacia

O Programa de Ações Afirmativas do Instituto Rio Branco teve início no ano de 2002 com a concessão de bolsas-prêmio a candidatos afro-descendentes para o curso preparatório da carreira de diplomacia.

Em decorrência de seu êxito, foi relançado em maio de 2003, com um maior número de entidades participantes e de bolsas concedidas. A partir deste ano participam, também, desse programa o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Seppir.

Nesse programa, a Seppir tem os seguintes objetivos:

- garantir a equidade de oportunidade dos candidatos afro-descendentes com perfil para o recebimento das bolsas, sem desconsiderar seu desempenho no restante do processo;
- contribuir na política de captação de recursos destinada à continuidade do programa;
- contribuir na formulação, na execução e no monitoramento das ações do programa.

2.3.5 – Política cultural

Na busca por subsídios para o desenvolvimento de uma política cultural foram realizadas as seguintes atividades:

- reunião com entidades negras voltadas à política cultural, no dia 10 de outubro de 2003, na cidade de Salvador;
- audiência com o Conselho Cultural Paulista pela Ética e Diversidade, em setembro, em Brasília;
- encontro com o Fórum de Artistas Negros do Rio de Janeiro, dia 8 de setembro de 2003 em Brasília, em parceria com o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura, a Secretaria Geral e a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica.

Nesses três momentos buscou-se o aprofundamento e a reflexão sobre a questão racial nas políticas culturais. O objetivo para 2004 é a construção de uma agenda que garanta maior visibilidade para os artistas e a população negra nos meios de comunicação e na política cultural brasileira.

2.3.6 – Mês da Consciência Negra

No dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, a Seppir, em conjunto com outros organismos do Governo Federal, demais instituições públicas e privadas e o movimento negro, realizou e apoiou uma série de atividades:

Ato Presidencial

A Seppir, em conjunto com a Casa Civil, a Secretaria Geral, a Assessoria da Presidência da República e o governo de Alagoas, desenvolveu o Ato Presidencial na Serra da Barriga (quilombo em que viveu Zumbi dos Palmares) no Estado de Alagoas. Essa atividade teve como objetivo o reconhecimento da resistência negra desde a escravidão até os dias atuais, reforçando a memória de Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695, que se tornou um símbolo vivo para as gerações futuras como exemplo de luta e amor à liberdade. A programação desse ato compreendeu:

- cerimônia de oferenda floral no túmulo de Zumbi dos Palmares;
- assinatura de documentos;
- manifestações de cultura negra local.

Nesse Ato foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, seguida das assinaturas dos Decretos de Regulamentação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e de Regularização das Terras de Remanescentes de Quilombos. Também foi assinado um Termo de Compromisso entre a Seppir e o governo do Estado/Secretaria de Políticas para Minorias, para implementar trabalho voltado a remanescentes de quilombos.

Eventos diversos

Outras atividades também foram desenvolvidas a partir de apoio ou de parceria entre a Seppir e outros organismos de governo, da sociedade civil e do parlamento:

- abertura do Mês de Consciência Negra em Porto Alegre, no dia 14 de novembro de 2003, atividade realizada pela prefeitura, pelo Movimento Negro do Estado e demais instituições;
- exposição fotográfica África – Brasil – África no Palácio do Planalto, no período de 19 a 29 de novembro de 2003. A mostra organizada por vários fotógrafos e pela Curadora, Dirce Carrion, estabelece um paralelo visual Angola – Brasil e Moçambique – Brasil, possibilitando a aproximação sobre a realidade desses países.

O trabalho foi patrocinado pelo Banco do Brasil com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Seppir.

Evento em São Paulo no dia 20 de novembro de 2003

Ato de entrega do prédio do Museu do Negro, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e governo estadual, em parceria com o Governo Federal/Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica e Seppir. O evento contou com um concerto da Orquestra da Sociedade Cantátimo, com danças antigas e com exposição de Cândido Portinari.

I Encontro de Parlamentares Negros das Américas e Caribe, realizado entre 21 e 23 de novembro de 2003

Os objetivos do evento foram:

- trazer para o debate a realidade da população afro-descendente das Américas e Caribe revelando sua inserção na hierarquia social;
- refletir sobre as demandas das entidades que militam no combate à discriminação étnico-racial para instrumentalizar os mandatos parlamentares;
- construir uma rede de relações entre entidades e parlamentares de todos os países participantes a fim de que se realizem ações comuns e/ou conjugadas e criar um programa de ação permanente em defesa da igualdade racial e da conquista de políticas públicas a partir das premissas debatidas e aprovadas no encontro.

A promoção foi da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial em parceria com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, contando ainda com o apoio da Seppir e de demais instituições.

Seminário Internacional: Democracia e Comunicação – O Imperativo da Inclusão

Realizado no período de 25 a 27 de novembro, em Brasília, seu objetivo foi promover o debate e a reflexão sobre democracia e inclusão nos meios de comunicação, considerando o papel das organizações governamentais e não-governamentais. Esse seminário foi promovido pela Sociedade de Cultura Dombali com apoio da Canadian International Development Agency – Cida, da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal e da Seppir.

Seminário: Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil

Realizado no dia 28 de novembro de 2003, em Brasília, pela Fundação Perseu Abramo, com o apoio da Seppir, esse seminário teve o objetivo de apresentar os recentes dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo e de propiciar debates sobre a política de promoção da igualdade racial.

Debate sobre Ações Afirmativas

Ocorrido no dia 4 de dezembro, no auditório do jornal *Folha de S.Paulo* e mediado pelo editor Marcos Augusto Gonçalves, da própria *Folha*. Em favor das cotas se manifestaram a Ministra Matilde Ribeiro e as pesquisadoras Fulvia Rosemberg (Fundação Carlos Chagas e Puc – São Paulo) e Rosa Heringer (Universidade Cândido Mendes). Contra estiveram o reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho Nelfi, e o cientista político, professor da USP, Demetrio Magnoli. O jornal reproduziu, no dia 6 do mesmo mês, o resultado do debate, destinando uma página para a cobertura do tema.

Debate Juventude Negra e Promoção da Igualdade Racial

Realizado no dia 6 de dezembro de 2003, em Diadema-SP, e promovido pelo Instituto da Cidadania em parceria com a Prefeitura de Diadema, com o apoio da Seppir.

2.3.7 – Ações parlamentares

Para cumprir sua missão de coordenar as políticas para promoção da igualdade racial, foi desenvolvido um diálogo permanente com parlamentares:

- logo após a criação da Seppir foram feitas visitas, no Senado Federal, ao Presidente José Sarney e ao Vice-Presidente Paulo Paim, e, na Câmara, ao Presidente João Paulo Cunha, ao Vice-Presidente, Professor Luizinho, ao líder do governo Aldo Rebelo e ao líder da bancada do PT, Nelson Pelegriño;
- foram desenvolvidas ações destinadas à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – Projeto de Lei nº 3.198 de 2000, de autoria do então deputado federal Paulo Paim, que trata da dimensão racial em diversas temáticas: saúde, educação, cultura, esporte, lazer, religião, mercado de trabalho e sistema de cotas, culminando num fundo de promoção da igualdade racial. O projeto possui um substitutivo adotado pela Comissão Especial, em 3 de dezembro de 2002, que está em tramitação na Câmara Federal, aguardando votação. Nesse sentido, a Seppir tem estabelecido

um diálogo com o Executivo acerca das diretrizes para esse Projeto de Lei, principalmente com a Casa Civil, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento; foi estabelecido um trabalho permanente com o Núcleo de Parlamentares Negros do PT – Nupan para o debate e a formulação conjunta da Política Nacional de Promoção de Igualdade. A assessoria parlamentar da Seppir faz parte do Grupo de Trabalho coordenado por aquele núcleo. Merece destaque a relação com a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial junto a qual foi realizada uma atividade de apresentação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de socializar para os parlamentares do Congresso Nacional tal política;

- emissão de parecer sobre os projetos indicando 20 de novembro como feriado, que está sendo debatido na Câmara e no Executivo;
- relação com a bancada feminina da Câmara divulgando as ações da Seppir e reforçando os projetos que dizem respeito a políticas de gênero e raça, em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2.4 – DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Esse programa reúne ações articuladas com os diferentes ministérios que têm impacto na qualidade de vida da população negra que sobrevive abaixo ou na linha da pobreza, partindo de ações como:

- apoio aos projetos de saúde da população negra;
- capacitação de professores para atuarem na promoção da igualdade racial;
- introdução do corte racial nos programas de governo;
- desenvolvimento regional da população negra;
- territorialização urbana e moradia para a população negra;
- fortalecimento de empreendedores negros.

2.4.1 – Programa Primeiro Emprego

Foi firmado, com o Ministério do Trabalho, um protocolo de intenções para desenvolver ações voltadas para as políticas do Programa Primeiro Emprego. Esse protocolo será desdobrado em convênios e parcerias, com o objetivo de sustentar um dos eixos da Política Nacional do Programa Primeiro Emprego, que é atender jovens entre 14 e 25 anos.

O trabalho visa qualificar mulheres jovens trabalhadoras da área de serviços, serviços domésticos e comerciários afro-descendentes.

2.4.2 – Saúde da população negra.

A Seppir se insere na área da saúde para promover a igualdade racial, baseada nos princípios e diretrizes norteadores do Sistema Único de Saúde – SUS, instituídos pela Lei nº 8.080 de 1990,



que preconizam a utilização da epidemiologia [perfil coletivo de saúde] para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática, e nas formulações e propostas advindas da sociedade civil, principalmente de pesquisadores negros e ativistas do campo da saúde da população negra e nas iniciativas não-consolidadas no governo anterior, expressas no documento Política Nacional de Saúde da População Negra: Uma Questão de Equidades – Subsídios para o Debate, publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS .

Em 2003 desenvolvemos uma agenda de trabalho que compreende:

- mediação da participação do movimento negro, via Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conem, na 12ª Conferência Nacional de Saúde – A Saúde que Temos – O SUS que Queremos, no período de 7 a 11 de dezembro de 2003, com 8 vagas de relatoria, 14 vagas na delegação nacional e participação na mesa Direito à Saúde;
- participação na delegação de gestor federal – Ministério da Saúde;
- presença institucional, durante a Conferência, por meio do estande, que se configurou como espaço aglutinador de delegados interessados no campo da saúde da população negra;
- 47% da delegação participante na 12ª Conferência era composta por negros(as), segundo dados de credenciamento;
- relançamento, durante a 12ª Conferência Nacional de Saúde, do livro Saúde da População Negra, de autoria de Fátima de Oliveira, em conjunto com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, com a presença da Ministra Matilde Ribeiro e de representante da OPAS/OMS, no Brasil, Dr. Jacobo Finkelman;
- assinatura do termo de compromisso entre Seppir e Ministério da Saúde – MS para a implantação e a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a criação de um comitê técnico, composto por membros das diversas secretarias do MS, e de um comitê consultivo, formado por pesquisadores e ativistas do campo saúde da população negra;
- previsão de realização, em abril de 2004, do Seminário Saúde da População Negra, em conjunto com o Ministério da Saúde, como uma das estratégias de incorporação do tema nos programas e ações do Plano Nacional de Saúde;
- Participação na elaboração do Plano Nacional de Saúde.

2.4.3 – Empreendedores afro-brasileiros

Para incluir a participação do Governo Federal em projetos de empreendedores afro-brasileiros é que se desenvolve a parceria entre a Seppir e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros – Anceabra, uma organização que propõe o desenvolvimento socioeconômico para a população negra em diversas áreas: previdência, emprego informal, comunidades remanescentes de quilombos, comércio e indústria e importação e exportação.

Estão sendo avaliados projetos específicos nas áreas acima, com vistas à implementação em 2004.

2.4.4 – Participação em conselhos, comissões, fóruns e grupos de trabalho

Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil

A partir do trabalho da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi elaborado o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

As contribuições da Seppir no Plano de Erradicação do Trabalho Infantil foram assim designadas:

- aperfeiçoamento curricular dos cursos superiores para abranger o estudo dos direitos da criança e do adolescente;
- definição de estratégias e ações para inclusão escolar de crianças e adolescentes remanescentes de quilombos;
- realização de encontros de técnicos e lideranças para definição de estratégias e ações educativas dirigidas a crianças e adolescentes negros.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea

A participação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea é bastante estratégica para o desenvolvimento da política de promoção da igualdade racial.

Em 20 e 21 de outubro realizou-se o seminário Promoção da Igualdade Racial no Fome Zero, promovido pelo Grupo de Trabalho Promoção da Igualdade Racial do Consea, com o apoio da Seppir e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – Mesa. O objetivo foi formular, em parceria com as diversas organizações negras, um programa nacional que viabilize o recorte racial nas ações do Programa Fome Zero, informando sobre as características e potencialidades do programa, bem como conectando ações já existentes e fomentando novas ações que colaborem para a eliminação das desigualdades raciais ao mesmo tempo em que potencializem o alcance e a eficiência do projeto.

Conselho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

A participação da Seppir no Conselho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social tem-se dado por intermédio de algumas atividades:

- seminário Reforma, Raça, Gênero e Políticas de Inclusão (dia 13 de maio de 2003, em Brasília), cuja promoção foi da representação da sociedade civil do CDES e do Senado Federal;
- Conferência de Concertação – Gênero, Raça – Um Diálogo Necessário na Cultura e no Trabalho (21 e 22 de agosto de 2003), promovida pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em parceria com outros organismos do Governo Federal. A Seppir, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, o governo do Estado da Bahia, a Prefeitura Municipal de Salvador e as representações do movimento negro e feminista locais integram o Grupo Gestor coordenado pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- no Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, foram apresentadas as cláusulas da Promoção da Igualdade Racial para a elaboração do Novo Contrato Social que será efetivado na Conferência Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a ser realizada em 2004.

Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf

Esse Conselho, instituído pelo Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, é um órgão de instância colegiada do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com o propósito de formular e de implementar políticas públicas com eixo central no desenvolvimento rural sustentável, na reforma agrária e na agricultura familiar. Além disso, visa superar a pobreza por meio da geração de emprego e renda, com ênfase no acesso à terra e no fortalecimento da agricultura familiar. A Seppir tem assento nesse Conselho com o objetivo de reforçar a política de quilombo, incluindo-a no desenvolvimento sustentável.

Conselho Nacional de Saúde – CNS

Esse Conselho é um órgão colegiado composto por representantes do Governo Federal, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Tem por finalidade atuar na formulação e no controle da execução da política nacional de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Esse conselho é órgão integrante da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, de acordo com a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e o Decreto nº 4.773 de 7 de julho de 2003. O destaque é dado pela participação de entidades da sociedade civil e de órgãos do Governo Federal, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar o preconceito e a discriminação contra as mulheres.

A participação da Seppir nesse Conselho visa destacar a condição da mulher negra, que em todas as pesquisas e estatísticas aparece como a maior vítima em relação a qualquer forma de discriminação.

Fórum Governamental de Assessores de Participação Social

A Secretaria Geral da Presidência da República lançou o Fórum Governamental de Assessores de Participação Social, com a participação de todos os Ministérios e Secretarias Especiais. Esse Fórum tem o objetivo de estabelecer um contato direto entre governo e sociedade civil, de forma a ampliar o papel desta última nas decisões e no monitoramento das políticas de governo.

Fórum para implementação da Lei nº 10.639 no sistema de ensino

A Seppir participa desse Fórum, constituído com o objetivo de implementar a Lei nº 10.639 no sistema de ensino brasileiro, coordenado pelo Ministério da Educação e composto por organizações e entidades da sociedade civil e organismos governamentais.

Grupo de Trabalho Promoção da Igualdade Racial da Câmara de Política Social

O GT Promoção da Igualdade Racial, que passou a existir com a finalidade de promover a dinamização da Câmara de Política Social, é coordenado pela Seppir e conta com a participação de 13 organismos

de governo. Até o dia 15 de fevereiro de 2004 deverá ser elaborada uma proposta de política pública integrada em âmbito federal para a promoção da igualdade racial.

Com o mesmo propósito mencionado acima a Seppir passa a integrar os GTs de Políticas para Índios, de Gênero e de Juventude.

Comitê Gestor

A Seppir coordena o Comitê Gestor, integrado por 21 organismos do Governo Federal, encarregado de elaborar, no primeiro trimestre de 2004, o plano de etnodesenvolvimento para as comunidades remanescentes de quilombos.

Esse Comitê Gestor deverá funcionar como catalizador das ações já desenvolvidas, assim como deverá estimular as políticas de governo nas áreas remanescentes de quilombos.

2.4.5 – Seminário Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial

O Seminário Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial teve como objetivo fundamental apresentar o Plano Plurianual de Governo para ser debatido e analisado entre os diversos segmentos que enviaram representantes ligados às organizações de combate ao racismo.

Além de dar visibilidade às diretrizes propostas no Plano Plurianual de Governo 2004 – 2007 para o cumprimento das metas de desenvolvimento econômico com inclusão e justiça social, o evento teve como focos centrais três importantes ações: a apresentação da estrutura da Seppir; a ampliação da base política de sustentação da Secretaria e o início da construção de um debate sólido, democrático e objetivo entre governo e organizações do Movimento Negro, no intuito de determinar as ações prioritárias que deverão ser implementadas pela Secretaria e pelo conjunto dos órgãos do Governo Federal nos próximos quatro anos.

O Seminário contou com a participação de 120 pessoas: representantes do Governo Federal, de governos estaduais e municipais, bem como de diversos segmentos do Movimento Negro.

Foram organizadas três mesas de palestras:

- Construindo um Brasil para Todos;
- Construção da Igualdade Racial no PPA;
- Perspectiva de Atuação do Movimento Negro no PPA 2004 – 2007.

A participação positiva dos convidados levou a debates que contribuíram para a formulação das principais linhas estratégicas de ações e programas que possam assegurar a sustentabilidade das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Tais políticas são fundamentais para a redução das desigualdades raciais, para o combate à discriminação racial e para a criação de mecanismos

e estratégias que contribuam para a inserção digna e equitativa da população negra na sociedade brasileira.

2.5 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para a Seppir, as relações internacionais visam a propagação das políticas da promoção da igualdade racial e de ações afirmativas no contexto internacional. Parte-se das seguintes ações: cooperação no âmbito do continente africano, do Caribe, da Alca e do Mercosul; fortalecimento do Brasil nos fóruns internacionais de defesa dos direitos humanos e assinatura de acordos bilaterais com países africanos e outros de alto contingente populacional de afro-descendentes.

A política externa brasileira está centrada em três importantes princípios: o equilíbrio diplomático, ou seja, o respeito às singularidades dos países e dos continentes; a valorização das relações bilaterais e a universalização do papel internacional do Brasil.

Tem-se como meta criar canais efetivos com outros países, em particular com os do continente africano e da América do Sul, com vistas à afirmação da política nacional e ao cumprimento das declarações, convenções, normas e procedimentos internacionais, entre eles, a Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas das Nações Unidas, em Durban, na África do Sul, em 2001, da qual o Brasil é signatário.

Em 2003 intensificou-se o trabalho com os setores responsáveis pela política de promoção da igualdade racial ligados às Nações Unidas e a outras organizações, além de se estreitarem os laços de cooperação com os setores respectivos no Ministério das Relações Exteriores e demais organismos afins. As atividades já desenvolvidas na área das relações internacionais foram:

- participação no Seminário Pós-Durban – Ações Afirmativas, promovido pelo Alto Comissariado da ONU, em Montevideu, Uruguai, em 6 de maio de 2003;
- participação, em colaboração com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da defesa do Relatório Nacional Brasileiro frente ao Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher das Nações Unidas – CEDAW, em Nova York, em 7 de julho de 2003;
- participação, em 10 de junho, do Fórum Brasil – África: Política, Cooperação e Comércio, em Fortaleza, no Ceará. Nesse evento, que teve abordagens fundamentais para a compreensão da separação dos dois países durante a escravidão, a participação da Seppir contribuiu para consolidar os anúncios do Governo Federal no que diz respeito à aproximação com o continente africano;
- recepção de visitas destinadas ao estabelecimento de cooperação e de intercâmbio relativo às políticas afirmativas: Ricardo Calla – Presidente da Universidad de la Cordillera, de La Paz, Bolívia; Gay MacDowell e representantes do Affirmative Action Affinity Group, dos EUA; Romero

Rodrigues – Coordenador da ONG Mundo Afro, do Uruguai, e Annick Thebia- Melsan, do Programa Mundial para o Diálogo entre as Civilizações da ONU, Genebra;

- nos dias 14 e 15 de outubro a Seppir participou de audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em Washington, ocasião em que à luz da Declaração e do Plano de Ação de Santiago e da Conferência de Durban foram expostas as ações do governo brasileiro no cumprimento de acordos regionais e internacionais contra a discriminação e pela promoção da igualdade racial no Brasil. Nesse sentido, a criação da Seppir e as políticas desenvolvidas pelo Brasil servirão de base e apoio à criação da Convenção Interamericana Contra a Discriminação Racial e responderão às petições de racismo apresentadas à Comissão contra o Brasil. Durante aquela viagem também aconteceram reuniões com instituições de destaque nas relações de promoção de igualdade de gênero e raça, bem como com pessoas de relevância em instituições não-governamentais;
- nos dias 4 e 5 de dezembro de 2003 a Seppir esteve presente no seminário Addressing Inequality in Middle Income Countries, na Inglaterra. O evento reuniu consultores do Departamento para o Desenvolvimento Internacional – DFID do Brasil, da África do Sul e da China, representantes de governo, do Parlamento Europeu, da União Européia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Asiático de Desenvolvimento. O objetivo do evento foi discutir as relações entre desigualdade, pobreza e crescimento econômico em países de renda média e, ainda, discutir as respostas políticas apropriadas à situação da desigualdade. Houve, também, uma reunião com técnicos do DFID e a Seppir, na qual se discutiu a possibilidade de o DFID apoiar a Seppir na relação Brasil, África do Sul e Índia.

O representante da África do Sul manifestou interesse em aprofundar, com o Brasil, questões referentes às políticas universalistas e políticas de Ação Afirmativa envolvendo a população negra. A Seppir, com o objetivo de dialogar com instituições governamentais e não-governamentais que atuam no âmbito das relações internacionais, tem o objetivo de desenvolver ações estratégicas para o desenvolvimento de redes de cooperação, convênios e estreitar as relações com organismos correspondentes no continente africano. Entre as ações já desenvolvidas, houve uma reunião em que estiveram presentes: Prefeitura Municipal de São Paulo, via Secretaria Municipal de Relações Internacionais; Fundação Friedrich Ebert/Ilde; Centro de Solidariedade AFL – CIO e Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Destaques especiais devem ser dados à aproximação com o continente africano. A Seppir iniciou sua participação neste grande desafio com uma viagem precursora no período de 29 de setembro a 4 de outubro a três países: Angola, Moçambique e África do Sul, com o objetivo de abrir caminhos para o desenvolvimento de uma Política de Promoção da Igualdade Racial. No período de 2 a 8 de novembro de 2003, com a viagem oficial do Presidente da República à África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e São Tomé e Príncipe, concretizam-se parcerias no campo das cooperações técnicas e políticas.

Após o mapeamento propiciado pela viagem precursora, foram elaborados, em conjunto com o MRE, três instrumentos de acordos bilaterais tendo como foco Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial.

A visita presidencial foi bastante significativa no que diz respeito às aproximações política, cultural e econômica entre Brasil e África. Foram firmados mais de quarenta acordos bilaterais em diversas áreas com o objetivo de fortalecer os esforços do próprio continente em busca da superação das suas principais dificuldades (educação, combate à Aids, capacitação de técnicos para ações na área social, indústria e comércio, desenvolvimento urbano, esporte, meio ambiente, ciência e tecnologia, mineração etc.).

As relações raciais estreitaram-se a partir das duas viagens que propiciaram maior conhecimento da realidade dos países, fortalecendo laços e ampliando perspectivas de trabalho a partir dos contatos oficiais com ministros, gestores públicos e presidentes. Nesse sentido, estamos dando continuidade aos contatos para a efetivação dos acordos bilaterais do Brasil com África do Sul, Moçambique e Angola e realizamos, em março de 2004, um seminário aprofundando as relações entre América do Sul e África.

2.6 – PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

São ações que consolidam dados e produzem informações e conhecimentos necessários à formulação e à avaliação das políticas de promoção da igualdade racial.

A produção de informações sobre a realidade da população negra brasileira tem sido cada vez mais intensa, considerando-se um amplo espectro de interlocução entre organizações não-governamentais, movimento negro, academia e sociedade civil. Essa diversidade tem sido fundamental na análise e na formulação de dados estatísticos e científicos, bem como na avaliação e na sistematização de informações sobre as condições de vida da população negra.

Em 2004, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, intitulada Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil, foi uma importante contribuição no campo de produção de conhecimento. A Seppir contribuiu com a construção de material (roteiro, questionário, relatoria e análise de dados). O objetivo dessa parceria é a ampliação e a divulgação de dados que refletem as condições de vida da população negra brasileira.

Assim, é imprescindível a divulgação de dados e a sistematização da produção de conhecimento, sobre as áreas de saúde, educação, tecnologia, trabalho, emprego e população quilombola, para a elaboração das políticas públicas.



Perspectivas 2004

O ano de 2003 foi impulsionador e estimulador na elaboração das ações governamentais e não-governamentais e, sobretudo, no que diz respeito à estruturação desse novo organismo na esfera federal que é a Seppir. Assim, em 2004 concretizaremos projetos e programas para o estabelecimento de políticas de promoção da igualdade racial.

A principal ação da Seppir é coordenar e articular as políticas de governo para promoção da igualdade racial. O ano de 2003 foi de construção e de fortalecimento da política de governo para a promoção da igualdade racial, sendo tal política construída em conjunto com Governo Federal e sociedade civil.

Em 2004, o grande desafio será, portanto, a concretização e a implementação de tais políticas. Assim, a Seppir buscará, neste ano, realizar um conjunto de ações de impacto positivo na qualidade de vida da população afro-descendente no Brasil.

Dadas suas características de luta, resistência e importância cultural, as comunidades remanescentes de quilombos são prioridade em 2004. Serão implementadas ações com vistas à criação de alternativas de desenvolvimento sustentável, projetos de apoio sociocultural a crianças, adolescentes e mulheres quilombolas, bem como ações que apoiem a implantação de infra-estrutura. Essas iniciativas, formuladas em parceria com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e a Fundação Cultural Palmares – FCP, têm por finalidade melhorar a qualidade de vida de mais de 60 mil pessoas em 150 comunidades quilombolas somente neste ano. Será efetuado, também, o Censo Quilombola, permitindo ao Governo Federal planejar melhor sua intervenção na área, a partir de um conhecimento mais preciso da realidade em apreço.

Com o objetivo de tornar a discussão da temática racial parte do exercício de cidadania de todos os brasileiros, a Seppir, em parceria com o Ministério da Educação, levará a promoção da igualdade racial para dentro das escolas de ensino médio e fundamental neste ano de 2004. Serão apoiados e premiados projetos de experiências inovadoras para a promoção da igualdade racial nas escolas, tendo como alvo milhares de estudantes da rede pública de ensino. Adicionalmente será estimulada a participação de estudantes universitários que queiram contribuir com suas experiências para o desenvolvimento de comunidades quilombolas e serão capacitados professores para garantir a implementação da Lei nº 10.639 nos diversos municípios e Estados brasileiros.

Como uma das formas de reverter o atual quadro de exclusão socioeconômica dos negros e negras brasileiros buscar-se-á divulgar a cultura do empreendedorismo junto a esse público, objetivando a formação de nichos de mercado e a organização de empresas em áreas em que a sua presença seja significativa. Como resultado, espera-se tanto um avanço na mobilidade racial quanto um aumento na oferta do trabalho digno entre os afro-brasileiros. Paralelamente a isso, dar-se-á prosseguimento às políticas de ações afirmativas nas empresas que prestam serviços ou vendem produtos e mercadorias para o Governo Federal. Um outro aspecto é a capacitação de gestores e servidores, a ser encaminhada a partir de uma parceria entre o Governo Federal, a Organização Internacional do Trabalho e os governos de quatro localidades.

O alcance das metas estabelecidas na política nacional de igualdade racial passa pela necessidade de preparar um número cada vez maior de pessoas dotadas da capacidade de entender e promover melhorias no atual padrão de relações raciais da sociedade brasileira. Para tanto, pretende-se, inicialmente, capacitar 300 agentes e técnicos para atuarem em políticas e medidas de saúde com foco na população negra, 720 operadores de direito anti-racismo e lideranças do movimento negro em políticas públicas de ação afirmativas e 240 servidores públicos federais e professores da rede pública de ensino para que incorporem e sempre considerem a vertente racial no desenvolvimento de suas atividades.

Serão realizadas audiências públicas, seminários e conferências, envolvendo milhares de pessoas, com o objetivo de ampliar e sistematizar o debate em torno da questão da igualdade racial no Brasil. A troca de experiências entre sociedade civil organizada, União, Estados, Distrito Federal e municípios será de vital importância na identificação das demandas mais urgentes e no encaminhamento das ações que, efetivamente, alcancem e contribuam para a melhoria da situação socioeconômica da população afro-descendente. Em novembro deste ano está prevista a realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília-DF.

Considerando a necessidade de se incrementar políticas públicas de saúde que atendam as especificidades da população negra, será realizado, em 2004, um grande seminário com a participação de pessoas de todos os Estados para ampliar o debate sobre o tema e, por consequência, angariar subsídios que sirvam de base na construção de diretrizes e ações efetivas de saúde focadas na raça negra. Esse encontro, que contará com a participação de agentes, técnicos de saúde e colaboradores, certamente também contribuirá para aumentar o grau de conscientização desses profissionais.

No sentido de concretizar meios de se propagar as políticas de promoção da igualdade racial e de ações afirmativas no contexto internacional, será facilitada a interação entre os diversos agentes de política externa dos governos e da sociedade civil, com ênfase na África e na América Latina, a ser materializada em um seminário internacional sobre a temática. Na OEA serão demonstrados os esforços que o governo brasileiro vem empreendendo para criar condições equitativas de vida entre os diversos grupos étnico-raciais existentes no país.

Também será realizada uma campanha nacional pela paz, contra a violência e a intolerância religiosa, partindo do apoio a projetos de estímulo à organização e à participação socioeconômica das mulheres negras, à inserção socioeconômica da juventude negra e ao desenvolvimento de ações na área de direitos humanos e racismo.

Por fim, serão efetuados esforços com vistas ao desenvolvimento e à inclusão social da população negra, em articulação com ministérios parceiros, direcionando políticas sociais de habitação popular, ordenamento urbano, segurança alimentar, estabilidade, previdência social e transferência de renda para famílias negras, enfatizando os quilombolas, a juventude e as mulheres.

Em janeiro de 2004, realizamos o planejamento estratégico do ano, que fortalecerá as iniciativas já desenvolvidas em 2003 e propiciará a formação de novos projetos.

Inserir na agenda econômica, política e cultural nacional a promoção da igualdade racial é fundamental para a alteração dos indicadores de pobreza e desigualdade e o exercício pleno da cidadania. Para isso, a Seppir tem a missão de garantir relacionamento contínuo com os diversos organismos governamentais e não-governamentais.